

Hargreaves e Durante suavizaram a minuta redigida pelos quartéis

A nota formal assinada pelo presidente Itamar Franco sobre a reunião com os ministros militares na sexta-feira à noite pode ser considerada política e branda, se comparada com as declarações dos chefes militares. O propósito era amenizar o clima de revolta por causa da decisão da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal de alterar, em causa própria, as normas salariais do programa econômico. "O Congresso e o Supremo têm que rever essas posições", afirmou o ministro da Marinha, Ivan Serpa, durante o encontro. Um general está ganhando, em valores brutos, CR\$ 1,2 milhão (um deputado vai passar a ganhar CR\$ 5,1 milhões). Se não houver recuo, a saída política deverá ser uma emenda à Constituição a ser votada na revisão Constitucional, suspendendo as decisões dos dois poderes até que o Governo envie ao Congresso uma lei salarial.

"Os magistrados têm que cumprir a lei, em lugar de descumpri-las", disse o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante Arnaldo Leite.

"Não estamos pedindo aumento, mas estamos indignados com a falta de responsabilidade de parte do Judiciário e Legislativo", resumiu o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, almirante Mário Flores. "Os militares estão atentos para fazer cumprir a lei e a ordem, de acordo com a Constituição", disse o almirante Leite.

Ataque — A nota presidencial resultou de uma nova redação do esboço levado à reunião pelo ministro do Exército, Zenildo de Lucena, com o objetivo de torná-la uma declaração de governo. A nota oficial do encontro foi alterada várias vezes por interferência dos ministros Henrique Hargreaves (Casa Civil) e Mauro Durante (Secretaria-Geral do Planalto). A minuta inicial redigida nos quartéis atacava o STF de forma duríssima. Um dos trechos suprimidos afirmava que os ministros da mais alta corte do Judiciário são absolutamente indiferentes ao que ocorre com o País e a população. Os deputados que derrubaram o veto do presidente e aumentaram seus próprios salários eram tratados

como "donos de uma fábrica particular de marajás bancada com o sacrifício dos contribuintes".

Comandante-em-chefe das Forças Armadas, Itamar Franco não fez restrição à determinação dos chefes militares de tornarem ostensiva sua crítica e revolta com o episódio, abrindo um confronto com o STF e o Legislativo. Além disso, Itamar concordou que a situação poderá se agravar porque a decisão dos dois poderes se estenderá a Estados e municípios, tornando vulnerável o Executivo. "Qual o hospital que eu vou fechar para bancar os aumentos que eles estão dando a eles mesmos?", perguntou Itamar, num momento em que aderiu à indignação geral.

"Há um plano enviado pelo Governo ao Congresso com o objetivo de equilibrar as finanças estabelecendo regras e isto está em vigor, esta é a lei, então os militares não podem aceitar que os dois outros poderes violem as regras, antes de esperar pelos resultados", afirmou o ministro Mário César Flores, da SAE.